

TRABALHO E AÇÃO INTERSETORIAL: ZELADORES DE PRAÇAS DA CIDADE DE SÃO PAULO

Rose Marie Inojosa¹

Luciano A. Prates Junqueira²

RESUMO:

Trata da inclusão social, com a geração de oportunidades de trabalho remunerado, numa linha contra-hegemônica do modelo econômico prevalente. Analisa um programa intersetorial: Zeladores de Praças da Cidade de São Paulo, Brasil, abordando os seguintes aspectos: o significado do trabalho na sociedade contemporânea, inclusão social e o futuro das cidades, a floresta urbana e as praças, o programa zeladores de praças e a voz dos protagonistas.

Palavras chave: *inclusão social; trabalho; saúde ambiental; intersectorialidade; praças.*

ABSTRACT:

The article is about social inclusion, generating opportunities for paid work, in a different line of the prevailing economic model. It focuses on a intersectoral program: Green Caretakers of the City of Sao Paulo, Brazil, covering the following aspects: the meaning of work in contemporary society, social inclusion and the future of cities, forests and urban parks, the program of squares caretakers and the voice of the protagonists

Key words: social inclusion; work; work; ambiental health; intersectoral; squares

INTRODUÇÃO

Os seres humanos têm um protagonismo único entre as espécies pela capacidade de modificar profundamente seu *habitat* e formas de relação ao longo da sua, relativamente curta, trajetória no Planeta. São ativos co-criadores do mundo e o fazem mediante o exercício de sua criatividade e o uso complexo de suas faculdades físicas, psíquicas e emocionais. Fazem isso por meio do trabalho.

¹ Diretora da UMAPAZ – Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz de São Paulo. Integra a equipe da FUNDAP e é professora convidada da PUC SP para o Curso de Especialização em Gestão de Projetos Sociais no Terceiro Setor. Doutora em Saúde Pública (USP). rosemarieinojosa@bol.com.br

² Sociólogo, Professor Titular da FEA/ PUCSP- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; do Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração da PUCSP; Coordenador do NEATS/PUCSP - Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor. junq@pucsp.br

A centralidade do trabalho na vida das pessoas e a necessidade que ele tenha sentido aparece como mais importante do que a recompensa financeira que gera. Estelle Morin (MORIN: 1996, 2001) apoiada nas formulações de Hackman e Oldman e nos estudos do grupo MOW (Meaning of Work, 1987), define o sentido do trabalho como uma estrutura afetiva formada por três componentes: o significado, a orientação e a coerência. O primeiro, o significado do trabalho tem relação com as representações que o sujeito tem de sua atividade e o valor que lhe atribui; a orientação trata da sua inclinação para o trabalho, sua busca e o que guia suas ações; e a coerência é o equilíbrio que o indivíduo espera da sua relação com o trabalho.

As pessoas buscam, no trabalho, um sentido e a sua ausência gera sofrimento (ENRIQUEZ, 1999; DEJOURS, 1987). O trabalho também gera sofrimento, quando é percebido como maldição, quando é servidão, quando não tem sentido nem espaço para a autonomia e para a co-criação.

Entretanto, maldição maior é o ser humano não poder externalizar sua força criadora e ser excluído do mundo do trabalho, onde ele pode alcançar o provimento de suas necessidades e desejos com autonomia.

A exclusão é um processo multicausado “*uma espécie de engrenagem de perdas, em uma espiral*” (PAUGAM 1999, p.55), que não pode ser caracterizada simplesmente como uma situação de miséria econômica. Nessa perspectiva, não é um estado, mas um processo complexo, que se expressa por situações de privação da autonomia, de falta de oportunidades, de desigualdade e se apresenta como uma “*dialética exclusão/inclusão*”, pois só existe em relação à inclusão, como parte constitutiva dela (SAWAIA 1999).

A idéia de uma espiral – de perdas e ganhos dependendo do sentido - parece boa imagem para compreender esse movimento. Muitas vezes a expulsão do mundo do trabalho dá origem ao movimento em espiral de perdas, ao acúmulo de desvantagens que leva ao afrouxamento dos vínculos sociais do indivíduo e à conseqüente ameaça de perder seu lugar na sociedade. Configura-se, com isso, uma situação de risco para o bem estar dos indivíduos e da própria sociedade, que sinalizam, com sintomas como a violência, o seu processo de adoecimento.

A desigualdade é profunda no capitalismo globalizado, com a concentração de renda aumentando exponencialmente no planeta e fomentando os desequilíbrios sociais.

Com a maior parte da riqueza em poucas mãos, cresce a população que não tem como auferir renda pelo trabalho.

O modelo atual também tem dilapidado o meio ambiente com grande velocidade e profundidade, consumindo o passado (petróleo, minérios, florestas), o presente (a produção atual) e o futuro (o que deveria plantar ou preservar para as próximas gerações), gerando escassez de recursos estratégicos para a vida – como a água e as florestas. Escassez que alcança primeiro os grupos populacionais mais vulneráveis.

O mundo do trabalho mudou. Além da substituição de importante parte da mão de obra humana por tecnologia na produção de bens e serviços nas empresas tradicionais, surgiram os grupos que só trabalham com “intangíveis” Os empregos passam a demandar maior escolaridade e competências que tornam cada vez mais difícil o acesso de pessoas com baixa escolaridade. Aumentar a escolaridade requer políticas sociais cujos resultados não são de curto prazo. Um círculo vicioso cujo rompimento requer tempo e persistência.

Olhando para a sociedade, *“a exclusão contemporânea é diferente das formas existentes anteriormente de discriminação ou mesmo de segregação, uma vez que tende a criar, internacionalmente, indivíduos inteiramente desnecessários ao universo produtivo, para os quais parece não haver mais possibilidades de inserção. Poder-se-ia dizer que os novos excluídos são seres descartáveis.”* (WANDERLEY 1999, p.25).

A expulsão do mundo do trabalho é uma dimensão crítica da dialética inclusão/exclusão, pois gera perda de autonomia, da possibilidade de auto provimento de condições básicas de vida e promove o rompimento de outros laços da rede social de cada pessoa – família, amizades, relações comunitárias – ampliando as vulnerabilidades e o isolamento de cada indivíduo e do grupo social.

I. Inclusão social e futuro das cidades

A Sociedade cria e delega ao Estado a responsabilidade pela manutenção de algum equilíbrio social que permita a continuidade do pacto social. Porém, também o Estado está em transição nos diferentes modelos e regimes de governo.

No regime democrático, o repto da Sociedade ao Estado é para que a ação de equilíbrio social se realize por meio de políticas públicas de segurança, mas, também, de promoção social, que cuide daqueles que foram apanhados na espiral de perdas.

No processo vivo e em permanente transformação, o aparato do Estado para dar curso as diferentes demandas foi se organizando e reorganizando, criando espaços ocupados por corporações de saber, por interesses político-partidários e pela alternância de grupos de interesse em disputa na sociedade. E sua organização espelha essa lógica, onde atribuições, órgãos e corporações foram se justapondo, entregando bens e serviços públicos à população de forma desarticulada e até mesmo competitiva.

O Estado brasileiro tem a singularidade de ser federativo, com três esferas de governo que, em princípio, não se subordinam: federal, estadual e municipal. A Constituição incorpora muitas atribuições concorrentes para as três esferas, porém, explicita que cabe ao Município a realização de ações e a prestação de serviços ao cidadão. Com isso, os municípios – e são mais de 5.500 no país – têm responsabilidades extraordinárias, pois são a face do Estado no local, na comunidade, onde vivem as pessoas. No entanto, também essa esfera de governo reproduz o desenho de organização por setores (educação, saúde, trabalho, habitação, meio-ambiente, etc) e segmentado corporativa e partidariamente.

Para a ação de o Estado ganhar mais efetividade começaram a surgir, nas últimas décadas, programas intersetoriais, que procuram colocar em foco um problema ou um grupo da população e articular, em torno dele, várias estruturas setoriais. Uma grande parte desses processos, entretanto, ainda é restrita a inclusão social básica, essencial, com provimento de condições básicas de sobrevivência, sem alçar-se à geração de oportunidades de provimento autônomo.

Ao mesmo tempo, crescem nas cidades contemporâneas grupos e comunidades imersos na espiral da exclusão. As cidades incham com a população expulsa do campo por formas de produção que não a inclui, e com grupos que migram de comunidades com baixas perspectivas de evolução. Outros grupos, originários de famílias na base da espiral da inclusão, se vulnerabilizam por eventos inesperados ou vêm-se imersos na espiral de exclusão por não terem os requisitos necessários para os empregos existentes e não encontrar alternativas de trabalho para o provimento de suas famílias.

Das cidades se requer que sejam includentes, tanto provendo meios para que os grupos mais vulneráveis consigam alcançar oportunidades de emprego, como criando novas oportunidades de trabalho remunerado, numa linha contra-hegemônica do modelo econômico prevalente.

Este artigo trata de um programa da Prefeitura do Município de São Paulo que visa a atuar nessa linha de criar oportunidades de trabalho remunerado e, ao mesmo tempo, contribuir para que os participantes preparem-se para outras oportunidades de inserção laboral e relacional na sociedade.

II. A floresta urbana e as praças em São Paulo

A Cidade de São Paulo tem 1.522.986 km². Criada pelos portugueses, em 1554, a partir de um Colégio Jesuíta, São Paulo foi ocupando a região dos Campos de Piratininga, uma área da Mata Atlântica³, rica em biodiversidade, onde habitavam povos indígenas.

Sua ocupação, lenta até os anos cinquenta do século XX, foi fortemente acelerada com a industrialização e a sua transformação subsequente em pólo de serviços e principal centro financeiro, corporativo e mercantil do Brasil e da América Latina. São Paulo atraiu imigrantes de várias partes do mundo e migrantes de todas as regiões do Brasil e especialmente do nordeste. Isso configurou uma extraordinária diversidade de povos convivendo na cidade, que tem quase 11 milhões de habitantes, diversidade que é sua maior riqueza cultural e social.

No entanto isso se deu à custa da saúde ambiental da cidade, com a retirada da maior parte da sua cobertura vegetal, a impermeabilização do solo, a poluição da água e do ar. Em 2005 a cidade tinha apenas 34 parques e 4.500 praças.

Houve, desde então, um esforço continuado de ampliação das áreas verdes e da arborização urbana, buscando qualificar ou requalificar a floresta urbana de São Paulo. Em 2011, a cidade tem mais de 5.000 praças, 80 parques e as áreas verdes que cobriam 15 milhões de m² cobrirão, até 2012, 50 milhões de m²⁴.

Não basta plantar, é preciso cuidar. Não apenas das árvores, mas das pessoas e de todo o complexo da comunidade da vida. As praças públicas urbanas são áreas verdes muito peculiares como espaços de sociabilidade.

Na sua origem colonial as cidades brasileiras tinham na praça o espaço urbano mais importante, onde ficavam a igreja e os edifícios da administração da cidade, como a câmara

³ A Mata Atlântica ocupava toda a costa do Brasil onde, na região sudeste, está localizada a Cidade de São Paulo. Da mata que cobria quase todo o seu território há hoje menos de 7%, distribuídos em fragmentos de mata secundária nas bordas da Cidade e áreas preservadas, recuperadas ou plantadas no perímetro urbano

⁴ Fonte: SVMA – Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente da Prefeitura do Município de São Paulo.

e a cadeia, sendo um centro irradiador da cidade. Quando as cidades se expandiram a praça única se fragmentou. Segundo a pesquisadora Junia Marques Caldeira (2007) essa fragmentação também foi simbólica – praça da sé, praça da liberdade, praça do mercado. Continuavam sendo espaços de encontro e sociabilidade, mas esse papel foi se reduzindo na modernidade, quando, junto com o crescimento das cidades, vieram outros espaços de lazer e convivência, como restaurantes, cafés, centros de compras e locais que reúnem essas várias possibilidades em espaços fechados, os *shoppings centers*. Na sequência, muitas das praças transformaram-se em espaços facilitadores da circulação de automóveis, ônibus, caminhões, pontos de ônibus, terminais de transportes coletivos. E também ilhas para a circulação de pessoas. Muitas delas perderam grande parte da sua cobertura vegetal e foram impermeabilizadas. Em algumas regiões da cidade sumiram, absorvidas pelas ruas, tomadas por construções. Em outras, como as periferias de ocupação mais desordenada, sequer existiram, pois, afinal, todo espaço deveria ser utilizado para moradias ou serviços.

São Paulo, na construção de sua visão da cidade que mais cresce no mundo, de progresso incessante, queria afastar-se do “mato”, asfaltar suas ruas, esconder seus rios, tornar-se “urbana”, a “selva de pedra” era uma imagem desejável. As conseqüências não tardaram. Não se perdeu apenas a garoa, criaram-se ilhas de calor, poluição muito grave do ar, perda da qualidade da água e, sem árvores para fazer a regulação do clima, os eventos extremos, tempestades e inundações mostraram seus graves efeitos. E a cidade começou a olhar de novo para o seu território como um organismo vivo.

As praças fazem parte do que se conceitua como Floresta Urbana⁵, comunidades biológicas de ecossistemas naturais, restaurados ou construídos, em espaços urbanizados ou antropizados. Podem traduzir-se no complexo de áreas verdes – áreas de preservação permanente, unidades de conservação, parques urbanos, parques lineares, praças, arborização urbana, jardins e quintais – da cidade.

A Floresta Urbana oferece vários serviços socioambientais, de suporte, para a ciclagem de nutrientes, provisão de alimento e água doce, agentes bioquímicos e recursos genéticos, regulação do clima, preservação da saúde ambiental, regulação do ciclo e purificação da água, controle de enchentes, alimentação e abrigo da fauna silvestre, local de

⁵ Miller (1997): “é o conjunto de toda a vegetação arbórea e suas associações dentro e ao redor das cidades, desde pequenos núcleos urbanos até as grandes regiões metropolitanas” Apud MAGALHÃES (2006)

contemplação, lazer, esportes, manifestações culturais e artísticas, convívio de vizinhança, manifestações cívicas.

Nesse contexto, as praças, muitas vezes empobrecidas do ponto de vista da flora e da fauna e também das possibilidades de convívio podem ser cuidadas e recuperadas para que contribuam e se integrem ou reintegrem no complexo da floresta urbana paulistana.

Do ponto de vista da dimensão social, a possibilidade de convívio em vizinhança também é uma questão de saúde social, capaz de reduzir a violência ou a evolução dos conflitos para desfechos violentos, e de instaurar práticas de ajuda mútua.

Finalmente, uma praça pode ser uma sala de aula viva, onde podemos aprender sobre fenômenos biológicos e sociais tocando, sentido odores, contemplando, analisando, experimentando.

Por tudo isso, a recuperação e o cuidado com as praças da cidade é uma questão socioambiental relevante.

III. O Programa Zeladores de Praças

O Programa Zeladores de Praças nasceu na Prefeitura de São Paulo, em 2008, da articulação intersetorial entre a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho e a Secretaria de Coordenação das Subprefeituras⁶. As secretarias municipais envolvidas provêm e administram em conjunto o Programa

Os objetivos do Programa são garantir o adequado uso de espaços públicos pela população, a revitalização do paisagismo local e a inserção de pessoas socialmente vulneráveis, no mercado de trabalho (SÃO PAULO, 2008).

O Prefeito da Cidade, Gilberto Kassab (2005-2012), enfatiza o aspecto de humanização: *“O principal objetivo desse programa é humanizar São Paulo: além de embelezar a cidade, recuperar a praça e fazer a sua manutenção, dá às pessoas um equipamento limpo e organizado para convivência e lazer”*⁷.

Os interessados se cadastram nas Subprefeituras. Devem ser maiores de 18 anos, estar desempregado há mais de quatro meses sem receber seguro-desemprego, ter renda

⁶ Dirigidas, respectivamente, pelos Secretários Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho, sanitarista, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, economista e Ronaldo Souza Camargo é arquiteto-urbanista e engenheiro de segurança

⁷ Declaração do Prefeito na entrega dos certificados a uma turma de 371 zeladores, em 30/07/2010, no Viveiro Tiquatira, Zona Leste.

familiar de até meio salário mínimo por pessoa, ser morador da região central de São Paulo e apresentar documentos pessoais e comprovante de residência.

Os selecionados recebem uma capacitação de 60 horas, distribuídas em 20 dias, ministrado pela Escola de Jardinagem da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente de São Paulo. Após a conclusão do curso e com seu diploma nas mãos, são alocados em uma praça próxima do bairro em que moram.

A Subprefeitura da região faz a orientação e acompanhamento do trabalho do zelador de praça.

A Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e do Trabalho garante a bolsa-trabalho, bem como auxílio deslocamento e auxílio refeição, que juntos alcançam o valor próximo do salário mínimo, por seis horas de trabalho/dia (trinta horas no mês). Um zelador de praça pode manter-se como bolsista por até dois anos. Desse modo, além da capacitação inicial do bolsista, ele acumulará uma prática de jardinagem, competências que podem possibilitar a conquista de um emprego ou trabalho autônomo remunerado.

Cada zelador deve cuidar de uma área de cerca de 5 mil m², ficando responsável pela limpeza, por pequenos reparos, pela poda e rega da vegetação e até pelo aprimoramento paisagístico. Recebe uniforme (jaleco, camiseta, calça), EPI - equipamentos de segurança individual (um par de luvas, óculos de proteção, boné, botinas e filtro solar/repelente) e ferramentas para seu trabalho.

Desde o início de 2008 até meados de 2011, foram capacitados 1.600 zeladores de praças. Desses, cerca de 1083 zeladores permanecem cuidando de mais de 800 áreas verdes na Cidade. No início de 2011 foi necessário repor mais de 300 vagas, pois, muitos zeladores encontraram oportunidades de emprego e desligaram-se do programa. Esse é um indicador do bom resultado do programa.

A meta do Programa é, progressivamente, alcançar todas as praças de São Paulo.

No final de 2009, segundo ano de implantação do programa nas praças públicas de São Mateus, zona leste da cidade de São Paulo, a Supervisão de Áreas Verdes da Subprefeitura de São Mateus aplicou uma pesquisa aos participantes do programa na região. Essa pesquisa foi apresentada no I Congresso de Áreas Verdes da Cidade de São

Paulo, em outubro de 2011⁸. A pesquisa abrangeu 105 zeladores inseridos em 70 praças públicas que, compunham uma área conservada de 338.000 m², e revelou que.

“a maioria dos zeladores das praças paulistanas (71%) é composta por mulheres e que, 55% vieram de outros estados brasileiros. Mais de 75% estavam sem emprego, entre 4 e 20 anos, quando ingressaram no programa. Os zeladores mais promissores têm mais de 40 anos de idade (77%), e moram em São Paulo há décadas (10,5% dos mesmos são aqui residentes há mais de 50 anos). A família dos zeladores é numerosa, com 7 a 10 pessoas para 10,5% dos mesmos; a maioria (73%) apresenta família composta de 3 a 6 pessoas. A remuneração mensal é usada para suprir as necessidades básicas, como pagar dívidas (85%) ou adquirir roupas e alimentos (79%).” (SILVA & SILVA, 2011: 1).

Esse perfil tende a variar de acordo com a região e sua ocupação.

IV. A voz dos protagonistas

Ao longo dos quase quatro anos de Programa, foram sendo feitos registros autônomos por jornais de bairro e a mídia televisiva sobre os zeladores de praças. Os depoimentos que seguem foram colhidos dessas mídias, em materiais disponibilizados na Internet. Alguns deles são citados aqui.

Em depoimento filmado para a jornalista Zeldá Mello, do jornal Gazeta de Santo Amaro, uma zeladora de praça diz que o que aprendeu “*posso usar amanhã como fonte de renda*” e outra se diz *satisfeita por cuidar das plantas, do verde, do meio ambiente*. “*Eu acredito que é o futuro*”⁹

Na edição de 19/09/2011 da mesma Gazeta de Santo Amaro uma zeladora de 39 anos, desempregada há cerca de 6 meses, na ocasião, declarou: “*Além de estar empregada, vou sentir prazer em cuidar do meio ambiente e zelar por um espaço que pode ser utilizado por todos*”.

Para o Jornal Rapidix, do Bairro de Perus, uma zeladora de praça de 57 anos, moradora em Pirituba disse: “*Gosto de plantas e este curso está sendo muito precioso para a minha vida*”, tendo considerado para o jornalista que “*na sua idade ninguém dá emprego, ela tem trabalhado como empregada doméstica diarista e está vendo neste curso de zeladores de praça uma oportunidade especial em sua vida.*”¹⁰

⁸ Zeladores de Praça – Novo elemento urbano, de autoria de Silas Macedo Silva, engenheiro agrônomo da UAV e Ivete Vitor Pereira da Silva, Chefe de Unidade Técnica, UAV-Subprefeitura de São Mateus-São Paulo.

⁹ <http://www.gazetadesantoamaro.com.br/atualidades/subprefeitura-forma-nova-equipe-de-zeladores-de-praca> visita em 30 de outubro de 2011

¹⁰ <http://www.jornalrapidix.com.br/?p=7234>, visita em 30 de outubro de 2011

Há dois registros sobre um zelador de praça em Mirandópolis, descendente de japoneses, aposentado e septuagenário – 77 anos, o mais velho da turma, até agora. O primeiro é de quando ele concluiu o curso e estava iniciando seu trabalho como zelador, para o Blog do Bairro Vila Maria e Notícias¹¹. Um ano depois, o MundoOK Onde as comunidades orientais se encontram elogia o trabalho desse zelador e reproduz sua declaração: “*Estou fazendo um curso de paisagismo e quando o trabalho aqui acabar, vou me dedicar aos jardins de casas e edifícios.*”¹².

De fato, a capacitação pode ser continuada durante a bolsa. Em meados de 2011, uma praça na região da Sé tornou-se sala de aula prática para 30 zeladores da região, que uma vez por semana durante quatro meses receberão um curso de recuperação de jardins, ministrado pela Escola Municipal de Jardinagem. Com esse reforço eles terão ainda mais chances de trabalho remunerado, inclusive como autônomos.

Além de renda, perspectiva de trabalho, satisfação em trabalhar com a natureza, outro aspecto importante é a questão das relações sociais que podem ser tecidas nesse trabalho. Notícia postada em 13 de abril de 2011 mostra foto de três zeladoras trabalhando juntas num mutirão para limpeza e revitalização do paisagismo da Praça Conde Francisco Matarazzo, na região centro-oeste.¹³

O Parque Oyeno, na região norte da cidade, tem 28 mil m². Ganhou dois zeladores e um projeto de paisagismo que reformou as calçadas, plantou grama onde antes era cimento e está aplainando uma parte do terreno. O Jornal ZNNALINHA publicou junto com comentários sobre o trabalho uma foto de Priscila Felipe dos dois zeladores ladeando um morador.¹⁴ Reconhecimento social é imprescindível para inclusão.

O site GIRAL Viveiro de Projetos, que trabalha com a questão ambiental, publicou em 9/11/2010 texto postado por Carolina, com o título “Nesse Bairro tem Viveiro... e Zelador na Praça!”, contando que o projeto chamou a atenção dos vizinhos da USP Leste, o que tem rendido novas parcerias e oportunidade para jovens estudarem na prática os desafios do desenvolvimento sustentável no meio urbano e apresentando o depoimento de uma estudante de gestão ambiental:

¹¹ <http://www.encontravilamariana.com.br/blog/zeladores-de-praca-iniciam-trabalhos-em-vila-mariana-moema-e-saude/>, visita em 31 de outubro de 2011

¹² <http://www.mundook.com.br/?p=2661>, visita em 31 de outubro de 2011

¹³ <http://adoteumapraça.wordpress.com/tag/zeladores-de-praca/>, visita em 30 de outubro de 2011

¹⁴ <http://www.znnalinha.com.br/vilamaria/html/zeladores.php>, visita em 31 de outubro de 2011

“O que me motivou a vir pra cá foi ver uma proposta de projeto diferente, que vai além de construir prédio. O que vejo aqui é diferente do que a gente está acostumado a ver na faculdade. As pessoas são muito envolvidas, não vêm só pra plantar: elas vêm pra cozinhar, bater papo, o ambiente é maravilhoso. Essa conjunção da Giral com a CDHU e a comunidade tá dando uma coisa muito legal, montando uma rede. Tem a cooperativa, o galpão da costura, o atelier de artes... o bairro está fervilhando de ideias.”¹⁵

Nesse caso, o programa se inseriu em uma articulação mais ampla com outros entes da Sociedade.

O Programa Zeladoria de Praças ilustra como uma cidade, ainda que complexa com São Paulo pode cuidar para que grupos vulneráveis consigam alcançar oportunidades de trabalho remunerado autônomo e até mesmo de emprego, criando novas oportunidades, numa linha contra-hegemônica ao modelo econômico prevalente.

Engajando pessoas desempregadas e desesperançadas em um serviço público, na região em que moram e em um *trabalho verde* pode contribuir não apenas para que alcancem condições de autoprovimento, mas também para que melhorem sua autoestima e sintam-se partícipes da sociedade.

Campana (1997), quando trabalha a questão da qualidade e grau de humanização do trabalho, diz que a visão transformadora, não adaptativa, da saúde no trabalho passa por quatro tipos de desalienação:

“A desalienação da relação com o objeto – que o trabalhador deixe de ser substituído pelas coisas que produz. A desalienação da alienação com a atividade produtiva – que ao trabalhar seja ele e não outro. A desalienação da relação com a natureza – que o trabalhador assuma a transformação da natureza como sua obra consciente. E, finalmente, a desalienação da relação consigo e com os demais – que o trabalho deixe de ser “a maldição da vida cotidiana” (CAMPANA, 1997:138).

O serviço público tem a característica de estar servindo mais direta e explicitamente ao interesse comum. As pessoas que circulam nas praças não estão tão distantes da realidade dos bolsistas como ocorreria em outros ambientes de produção de serviços. Além do mais, existe a percepção da relevância desse trabalho à medida que a Sociedade vai se dando conta que precisa recuperar a sua saúde ambiental. Esses aspectos parecem contribuir para a valorização do trabalho pelo bolsista e, ao mesmo tempo, contribuir para que o que ele oferece à Sociedade seja valorizado.

Acreditamos, como o poeta Kalil Gibran, que “*o trabalho é tornar o amor visível*” (GIBRAN, 2002:40).

¹⁵ <http://www.giral.com.br/node/204>, visita em 31 de outubro de 2011

Referências Bibliográficas

- CALDEIRA, Junia Marques A praça brasileira, trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade. Doutorado em História, IFCH/UNICAMP, 2007.
- CAMPAÑA, Arturo Em busca da definição de pautas atuais para o delineamento de estudos sobre condições de vida e saúde in BARATA, Rita Barradas (org) Condições de vida e situação de saúde. Rio de Janeiro: ABRASCO, 1997, 115-165.
- DEJOURS, Christophe A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez Ed., 1987.
- ENRIQUEZ, Eugene Perda do trabalho, Perda da Identidade. In: NABUCO, Maria Regina; CARVALHO NETO, Antonio (org) Relações de trabalho contemporâneas. Belo Horizonte: IRT, 1999.
- GIBRAN, Kalil O Profeta. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2002.
- MAGALHÃES, Luis Mauro S. Arborização e Florestas Urbanas – Terminologia adotada para a cobertura arbórea das cidades brasileiras in Floresta e Ambiente, Série Técnica do IF da UFRRJ, p.23-26, Jan/2006.
- MORIN, Estelle Os Sentidos do Trabalho. IN: Revista de Administração de Empresas – RAE. V. 41, n.º3, jul./set – 2001. P. 8-19
- MORIN, Estelle L'efficacité organisationnelle et sens du travail. In: PAUCHAUNT, T. (org.) La quête Du sens: gerer nos organizations pour la santé des personnes, de nos sociétés et de la nature. Quebec: Editions de l'organisation, 1996, p. 257-286.
- PAUGAM, Serge O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais in SAWAIA, Bader (org.) As Artimanhas da Exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999
- SÃO PAULO (Município). PMSP. Secretarias. Portaria Intersecretarial nº 05/SMTRAB, de 21 de fevereiro de 2008. Criação do Projeto Zeladoria de Praças, São Paulo-SPSMTRAB.
- SAWAIA, Bader (org) As Artimanhas da Exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999
- SILVA, Silas Macedo e SILVA, Ivete Vitor Pereira da Silva Zeladores de Praça – Novo elemento urbano in Anais do I Congresso de Áreas Verdes de São Paulo, 2011.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore Refletindo sobre a noção de exclusão in SAWAIA, Bader (org) As Artimanhas da Exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999